

Lumitrans
Companhia
Transmissora de
Energia Elétrica

**Informações contábeis intermediárias
em 30 de junho de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações contábeis intermediárias	3
Balço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Aos Acionistas e Diretores da
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial, Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica. (“Companhia”), em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas selecionadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).




Ênfase - Adoção dos novos normativos contábeis aplicáveis no Brasil

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3 que descreve que a “ABRACONEE - Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica” está em processo de consulta/discussão técnica contábil quanto ao tratamento dos ativos financeiros relativo as contas a receber da concessão, conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9). O balanço patrimonial da Companhia em 30 de junho de 2018 apresenta saldos de contas a receber da concessão no ativo circulante e não circulante, nos montantes de R\$ 28.944 mil e R\$ 69.170 mil, respectivamente (R\$ 28.703 mil e R\$ 72.167 mil em 31 de dezembro de 2017), que estão mensurados ao custo amortizado, para os quais a avaliação inicial da Companhia resultou na manutenção da mensuração ao custo amortizado, conforme CPC 48 (IFRS 9). Dependendo do desfecho da citada consulta/discussão técnica conduzida pela ABRACONEE, os critérios de mensuração dos ativos financeiros relativo as contas a receber da concessão poderão ser alterados de forma relevante, porém a Companhia não dispõe de uma mensuração dos possíveis efeitos de uma eventual mudança de mensuração desses ativos para valor justo. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

São Paulo, 02 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Junho 2018	Dezembro 2017
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.193	10.688
Contas a receber da concessão	5	28.944	28.703
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		197	199
Outros tributos compensáveis		77	77
Outros ativos		745	664
		43.156	40.331
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber da concessão	5	69.170	72.167
Outros ativos		5.351	5.310
Imobilizado		42	44
Intangível		39	55
		74.602	77.576
TOTAL DO ATIVO		117.758	117.907
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		30	57
Imposto de renda e contribuição social a pagar		380	376
Outros tributos a pagar		372	364
Encargos regulatórios	8	1.212	1.150
Outros passivos		273	287
		2.267	2.234
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	3.016	3.099
Provisão para contingências	7	146	106
		3.162	3.205
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	9	93.744	93.744
Reservas de lucro		10.321	10.321
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	8.403
Lucros acumulados		8.264	-
		112.329	112.468
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		117.758	117.907

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração do resultado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Junho	Junho
		2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10	9.616	10.610
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Pessoal		(648)	(587)
Material e serviços de terceiros		(188)	(127)
Outros		(60)	(20)
LUCRO BRUTO		8.720	9.876
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
Pessoal e administradores		(173)	(192)
Material e serviços de terceiros		(109)	(96)
Depreciação e amortização		(18)	(17)
Outras		(33)	59
		(333)	(246)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		8.387	9.630
RECEITAS FINANCEIRAS	11	319	445
DESPESAS FINANCEIRAS	11	(18)	(3)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		8.688	10.072
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(507)	(543)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 e 12	83	46
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		8.264	9.575

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Junho 2018	Junho 2017
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	8.264	9.575
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	8.264	9.575

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais			
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	93.744	5.177	4.223	9.280	-	112.424	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	9.575	9.575	
Destinação proposta à AGO:							
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(9.280)	-	(9.280)	
Saldo em 30 de Junho de 2017	93.744	5.177	4.223	-	9.575	112.719	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	93.744	6.098	4.223	8.403	-	112.468	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	8.264	8.264	
Destinação proposta à AGO:							
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(8.403)	-	(8.403)	
Saldo em 30 de Junho de 2018	9	93.744	6.098	4.223	-	8.264	112.329

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Junho 2018	Junho 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	8.688	10.072
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	18	17
Juros e variação monetária	16	1
Provisões para contingências	40	(100)
	8.762	9.990
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber da concessão	2.756	1.354
Impostos a recuperar	(80)	205
Outros ativos	(122)	(18)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(27)	(54)
Tributos e contribuições sociais a recolher	(413)	(735)
Encargos regulatórios	46	117
Outros passivos	(14)	(131)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	10.908	10.728
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos	(8.403)	(9.280)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(8.403)	(9.280)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	2.505	1.448
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	10.688	8.147
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	13.193	9.595
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	2.505	1.448

As notas explicativas são parte integrante informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica (“LUMI”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 14 de outubro de 2003 e tem como objeto social implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala F - São Paulo - SP.

A LUMI possui o direito de explorar diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão						
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Ciclo do degraú
007/2004	30	2034	27.786	IGPM	out/07	2022-2023

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.408/2018.

De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da LUMI infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa “Contas a receber da concessão”.

2 Apresentação das informações contábeis intermediárias

A emissão destas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 02 de agosto de 2018.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da LUMI, para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2018, foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

A preparação das informações contábeis intermediárias requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis intermediárias.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido ao processo inerente das estimativas. A LUMI revisa suas estimativas anualmente.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da LUMI. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias da LUMI foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 divulgada nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com exceção do CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com clientes e CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, os quais passaram a ser vigentes em 1º de janeiro de 2018, no entanto, esses novos normativos não tiveram impactos sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

A Companhia interpretou inicialmente o ativo financeiro relativo as contas a receber da concessão, como mensurável ao custo amortizado de acordo com o CPC 48 (IFRS 9), pois pretende manter o ativo até o vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto. A ABRACONEE - Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica está em processo de consulta/discussão técnica contábil quanto ao tratamento dos ativos financeiros relativo as contas a receber da concessão, conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Dependendo do desfecho da citada consulta/discussão técnica conduzida pela ABRACONEE em relação a esse assunto, a avaliação inicial da Companhia em relação a classificação desse ativo financeiro como custo amortizado poderá sofrer alteração, desde 1º de janeiro de 2018. A Companhia não dispõe, no momento, de uma mensuração detalhada dos impactos que poderiam afetar suas informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2018, caso sua interpretação inicial de mensuração desses ativos pelo custo amortizado não seja entendida como

apropriada ao final desse processo de consulta/discussão técnica e, por conseguinte, tenha que efetuar a mensuração ao valor justo por meio do resultado desde 1º de janeiro de 2018.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Junho	Dezembro
	2018	2017
Caixa e bancos	71	22
Aplicações financeiras	13.122	10.666
	13.193	10.688

As aplicações financeiras foram remuneradas em média 96,06% do CDI em 30 de junho de 2018 (97,31% em 31 de dezembro de 2017), possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial é igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

5 Contas a receber da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da LUMI é, ou será recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo financeiro da concessão em 30 de junho de 2018:

Saldo em 31 de Dezembro de 2017	100.870
Receita de operação e manutenção	1.282
Remuneração do ativo financeiro da concessão	9.342
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(13.380)
Saldo em 30 de Junho de 2018	98.114
Contas a receber da concessão - circulante	28.944
Contas a receber da concessão - não circulante	69.170
Total circulante e não circulante	98.114

As Contas a receber da concessão incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A LUMI considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

6 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de Dezembro de 2017	3.099
Imposto diferido reconhecido no resultado	(83)
Saldo em 30 de Junho de 2018	3.016

7 Provisão para contingências

As provisões constituídas para contingências em 30 de junho de 2018 no montante de R\$ 146 (R\$ 106 em 31 de dezembro de 2017) referem-se a causas trabalhistas. Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificada como “possível” têm valor estimado de R\$ 88 (R\$ 85 em 31 dezembro de 2017) e referem-se a processos tributários.

8 Encargos regulatórios

	Junho 2018	Dezembro 2017
Quota de reserva global de reversão - RGR	277	253
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	920	878
Taxa de fiscalização - ANEEL	15	19
	1.212	1.150

9 Patrimônio líquido

9.1 Capital social

O capital social integralizado em 30 de junho de 2018 é de R\$ 93.744, representado por 72.012.095 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	57.609.676	80,00%	80,00%
Alupar Investimento S.A.	10.801.280	15,00%	15,00%
Auto Invest Inspeções Técnicas de Veículos Ltda.	3.601.139	5,00%	5,00%
	72.012.095	100,00%	100,00%

9.2 Reservas de lucro

9.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

9.2.2 Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei.

10 Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Junho 2018	Junho 2017
Receita operacional bruta	10.624	11.603
Receita de operação e manutenção	1.282	1.032
Remuneração do ativo financeiro da concessão	9.342	10.571
Deduções da receita operacional	(1.008)	(993)
PIS	(87)	(85)
COFINS	(399)	(393)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(346)	(341)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(123)	(122)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(53)	(52)
Receita operacional líquida	9.616	10.610

11 Receitas e despesas financeiras

	Junho 2018	Junho 2017
Receitas financeiras	319	445
Receita de aplicações financeiras	314	438
Juros ativos	5	7
Despesas financeiras	(18)	(3)
Variação monetária	(16)	(1)
Outras despesas financeiras	(2)	(2)
Resultado financeiro líquido	301	442

12 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Junho		Junho	
	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	10.624	10.624	11.603	11.603
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	850	1.275	928	1.392
Receitas financeiras	319	319	445	445
Base de cálculo	1.169	1.594	1.373	1.837
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
Imposto de renda e contribuição social	280	144	331	166

A LUMI possui antecipação da tutela garantindo o cálculo de IRPJ e CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

13 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 30 de junho de 2018, a LUMI não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa e a parte do contas a receber da concessão recuperada pela indenização no final da concessão são classificados como valor justo por meio do resultado. A parte do contas a receber da concessão recuperada por meio da RAP é classificada como ativo financeiro pelo custo amortizado.

Fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b. Hierarquia do valor justo

A LUMI utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o período findo em 30 de junho de 2018, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A LUMI classifica os saldos de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber da concessão (parte recuperada pela indenização no final da concessão) como nível I.

c. Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da LUMI podem ser assim identificados:

- **Risco de crédito** - A LUMI mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 828 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a LUMI mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- **Risco de preço** - As receitas da LUMI são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.
- **Risco de liquidez** - A principal fonte de caixa da LUMI é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL;

A Administração da LUMI não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

14 Partes relacionadas

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$ 26 em 30 de junho de 2018 (R\$ 40 em 31 de dezembro de 2017), sendo composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 30 de junho de 2018, a LUMI não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

15 Benefícios a empregados

A LUMI oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.